

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: (RE)SIGNIFICAÇÕES QUE CARACTERIZAM OS DESAFIOS DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Glendha Karoliny Araújo da Silva¹

João Paulo Pereira do Nascimento²

Maria Beatriz Silva³

Paulo Henrique Paspardelli⁴

Orientador do Trabalho: Ronaldo Matos Albano⁵

RESUMO

O presente texto tem como objetivo geral discutir acerca da educação especial e inclusiva no que diz respeito ao seu percurso histórico e à caracterização das práticas desenvolvidas no universo escolar. Para tanto, partimos da perspectiva de que a inclusão de pessoas com deficiência na escola regular se constitui como uma necessidade e como um instrumento de ampliação das possibilidades de aprendizagem e de inserção social efetiva desses alunos. Este estudo se desenvolveu através de uma pesquisa bibliográfica por meio de produções que abordam essa temática, especialmente, livros, artigos científicos em bases de dados digitais, bem como, fontes documentais sobre alguns marcos legais acerca da educação especial e inclusiva. Os resultados nos mostram que as formas como as pessoas com deficiência são tratadas variam em diferentes épocas da História e que o aprimoramento da legislação ao longo do tempo foram fundamentais em prol da perspectiva inclusiva tanto na sociedade como no universo escolar. Ressaltamos que os avanços na inserção de pessoas com deficiência no ambiente educacional são nítidos, porém, devemos nos atentar ainda para fatores que nos fazem refletir sobre algumas ações negativas, como a exclusão e o preconceito, que ainda são presentes neste contexto atualmente. As práticas educativas na escola, portanto, devem garantir a manutenção e o direito de todos a uma educação igualitária e inclusiva, para que dessa forma sejam dados passos rumo ao progresso, e não ao retrocesso da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Educação especial; Educação inclusiva; Práticas educativas; Percurso histórico.

INTRODUÇÃO

Falar de educação inclusiva tem sido algo bastante recorrente nos últimos anos, mas essa discussão e compreensão sobre a educação especial é fruto de toda uma trajetória histórica que

¹Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí-UFPI, glendha.araujo1999@gmail.com;

²Graduando do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí-UESPI, joaopaulonascimento@aluno.uespi.br;

³ Graduada do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí-UFPI, mbeatriz_silva@outlook.com;

⁴ Graduado pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Salesiano de São Paulo-UNISAL, proph.am@gmail.com;

⁵ Professor orientador: Doutor em Psicologia Social (UFPB), Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí-UFPI, ronaldoalbano@ufpi.edu.br.

vem sendo construída ao longo dos anos. Desde o início da civilização tem-se registros da presença de pessoas com deficiência na sociedade, todavia, a forma como esses indivíduos eram tratados varia para cada época da História, desse modo, faz-se necessário que façamos um breve resgate desse percurso histórico ao longo do tempo, a fim de entendermos melhor como chegamos no que hoje entendemos por educação inclusiva.

Nessa perspectiva, ao contemplarmos a realidade das escolas hoje, é notório que nossos alunos são cada vez mais heterogêneos. Devido as inúmeras classes e diferenças sociais existentes, a mutipluralidade cultural e a existência de crianças com características distintas e significativas em relação ao desenvolvimento e à aprendizagem, muitas são as configurações e, conseqüentemente, as dinâmicas de organização e funcionamento no ambiente escolar. Sendo assim, a cada dia, inúmeras crianças compõem de forma diversa e ampla as salas de aula, promovendo assim uma série de desafios na construção das práticas educativas a serem implementadas nesse cotidiano escolar, sobretudo no que se refere às crianças que apresentam algum tipo de deficiência específica.

Assim, todos estes pressupostos compilam-se para uma nova abordagem do professor e o seu fazer pedagógico, onde este tem que lidar com os níveis diferenciados de ritmos no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, tendo para si a responsabilidade e o desafio de proporcionar o máximo de desenvolvimento ao aluno, partindo não somente do ponto intelectual, mas, sobretudo, das inúmeras dimensões que compõem o desenvolvimento infantil, por exemplo, os aspectos motores, psíquicos, sociais, culturais e subjetivos de cada indivíduo. Deste modo, essa prática educativa na educação especial e inclusiva, deve buscar abranger o aluno como um todo, barrando qualquer tipo de preconceito ou discriminação, observando de forma minuciosa a sensibilidade e o tempo de aprendizagem de cada criança, com deficiência ou não.

METODOLOGIA

Este artigo se desenvolveu através de uma pesquisa bibliográfica por meio de produções que abordam a temática da educação especial e inclusiva no contexto das práticas educativas, especialmente, através de livros, artigos científicos em bases de dados digitais, bem como, fontes documentais sobre alguns marcos legais acerca da educação especial e inclusiva. Nessa perspectiva, traçamos um breve resgate histórico sobre as diferentes caracterizações da pessoa com deficiência e sua relação com o contexto educacional ao longo do tempo, bem como

reflexões mais contemporâneas sobre estratégias e desafios na consolidação das práticas educativas na escola.

A pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico (SOUSA, OLIVEIRA e ALVES, 2021, p. 66).

Prodanov e Freitas (2013, p. 54) corroboram que este tipo de pesquisa é desenvolvida “[...] a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet [...]”. Assim, compreendemos que este é um caminho metodologicamente viável e importante para fundamentarmos as nossas reflexões e ampliarmos os nossos estudos articulando teoricamente o percurso histórico da educação especial e inclusiva no contexto das práticas na escola e na sociedade.

BREVE RESGATE DE MARCOS HISTÓRICOS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial tem sido um tema bastante presente nas pautas escolares, especialmente no que diz respeito a presença cada vez maior de alunos com algum tipo de deficiência ou necessidade específica no ambiente educacional. O presente tópico busca traçar um breve levantamento histórico no que se refere a trajetória de avanços, bem como a criação de políticas inclusivas, entre outras conquistas, que já são realidade no nosso meio, como forma de compreendermos melhor esse contexto e seu processo constitutivo.

Ao fazer uma análise bibliográfica sobre esse assunto, percebemos que “os registros históricos mais antigos de que se tem conhecimento referentes a como as pessoas com deficiência viviam são egípcios” (DUPIN e SILVA, 2020, p. 65). Essa análise nos possibilita ainda perceber que tanto a visão quanto o tratamento que era voltado às pessoas com algum tipo de necessidade especial, tinha um caráter de exclusão e segregação, fator que tem influência direta com as ações de cunho punitivo e violento que muitas vezes eram direcionadas a essas pessoas. Sobre essa perspectiva, Paixão (2011, p. 12) aponta que:

Os registros históricos evidenciam que na antiguidade predominava uma visão mística da deficiência, compreendida como resultado da ação do sobrenatural

ou como culpa por algum pecado cometido. As pessoas com deficiência inspiravam repugnância, medo e, por isso, eram exorcizadas, abandonadas ou punidas.

É importante ressaltar que ao nos aprofundarmos nas pesquisas acerca dessa evolução, no que concerne ao olhar dado às pessoas com deficiência, podemos perceber que existiu basicamente uma visão para cada período da História. Como evidenciamos, na Antiguidade esse olhar era mais voltado para o viés do misticismo, atribuindo as deficiências a castigos ou punições divinas. Nesse período da história, se sobressai um modelo mais espartano em que existe a idealização do homem forte e sem defeitos, dessa forma, era comum o abandono de crianças que não atendiam aos padrões da época.

Já no período da Idade Média começam a surgir novos conceitos a respeito da deficiência, o que acarreta também novas ações no que se refere às práticas direcionadas a esse contexto. Nesse momento da história, o cristianismo, que já tinha influência nas ações sociais, acaba por criticar o sacrifício de crianças, pregando que todas eram cristãs e dessa forma não eram merecedoras de tal punição. Durante esse período, o olhar sobre a deficiência se viu dividido entre dois paradigmas: o que compreendia que tal situação era obra do acaso, devendo ser aceita de bom grado e o outro, no entanto, cujo entendimento ainda era atribuída a punição pelos pecados.

“Durante a Santa Inquisição, também se consolidou a ideia de que a deficiência era um castigo de Deus, associando-se as pessoas com deficiência ao pecado e às entidades malignas. Naquele período, muitas pessoas nestas condições foram severamente castigadas e até mortas” (DUPIN e SILVA, p. 66). Nesse contexto de dubiedade em relação às pessoas com deficiência, as crianças passam também a ser assistidas por instituições ligadas à igreja, o que num primeiro momento pode considerado um avanço, e realmente é, se comparado com as ações praticadas no período anterior. No entanto, é nesse momento em que acontece a segregação dessas crianças em hospitais e asilos, sem qualquer contato com o restante da sociedade. Sobre esse período da Idade Média, Paixão (2011, p. 12) ressalta que “a característica marcante desse período histórico é a institucionalização das pessoas com deficiência e o início do atendimento assistencialista e caritativo”.

Na Idade Moderna iremos perceber uma mudança considerável a respeito do pensamento que se tinha sobre a deficiência, essa visão voltada para aspectos sobrenaturais e de castigos divinos começam a ser substituídos por uma visão mais humanizada. Nesse período, esse tema desperta o interesse científico, fato que tem grande contribuição para que as deficiências ganhassem uma compreensão mais pela perspectiva da patologia, direcionando o tratamento e

o cuidado dessas pessoas para a área da medicina e não mais para a igreja. Para além disso “vale ressaltar que, apesar do longo período de institucionalização de pessoas com deficiência, sob orientação de um modelo clínico-médico, algumas iniciativas indicam a possibilidade da educação dessas pessoas” (PAIXÃO, 2011, p. 13).

Na Idade Contemporânea, ainda podemos sentir a presença da exclusão de pessoas com deficiência em locais especializados, todavia, é nesse período que as mudanças começam a ocorrer de forma significativa, especialmente com os estudos fomentados pela psicologia nas áreas de comportamento e, por conta disso, as questões e críticas sobre essa segregação começam a surgir, fazendo com que essas pessoas com deficiência passem a ser reconhecidas quanto aos seus direitos, além da possibilidade de inserção nas áreas profissionais. É nesse período também que começam a surgir algumas alternativas de inserção dessas pessoas com deficiência no ensino regular, objetivando meios para a integração dos mesmos na sociedade, a fim de dar passos firmes para o que entendemos por inclusão. É importante lembrar que nem todas as práticas sociais, no que diz respeito às pessoas com deficiência, seguiram essa linha evolutiva, uma vez que muitas destas práticas mais segregadoras e discriminatórias, infelizmente ainda são percebidas nos dias de hoje.

No Brasil, também podemos observar os avanços ao longo do tempo, desse modo, percebe-se que na segunda metade do século XX já se tem registros da adoção desse paradigma da inclusão, através das primeiras instituições voltadas à educação de pessoas com necessidades especiais, direcionando para essa tentativa de integração destas ao ensino regular, passando a aderir a esse pensamento de uma educação inclusiva e para todos.

Ao longo dessa caminhada pela história, podemos observar que atualmente a ideia que se preserva é a de inclusão, desse modo, é necessário que tenhamos conhecimento de algumas diretrizes legais que foram desenvolvidas com o intuito de garantir a essas pessoas o direito à educação como qualquer outro cidadão. Para tanto, podemos citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394 de 20/12/96 (BRASIL, 1996); o Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei 10.172/2001 (BRASIL, 2001); as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Resolução CNE/CEB nº 02/2001 (BRASIL, 2001). Dentre as leis e diretrizes que foram citadas o que podemos frisar é que estas pautam o direito à igualdade e à educação para todos e, especificamente, no que diz respeito à educação de pessoas com necessidades especiais, que sejam educadas preferencialmente no ensino regular. Desse modo, destacamos que “essas diretrizes foram elaboradas em consonância com a Declaração de Salamanca e a legislação nacional vigente e representam um avanço em relação à universalização do ensino e respeito à diversidade” (PAIXÃO, 2011, p. 18).

Entretanto, mesmo com essa mudança observada ao longo do tempo, em pleno Século XXI, ainda encontramos alguns atrasos no que se refere a essa inserção, como, por exemplo, o decreto nº10.502, de 30 de setembro de 2020 (BRASIL, 2020) que institui a política nacional de educação especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Esse decreto, mesmo que com uma nomenclatura atrativa, pode ser considerado um passo atrás diante de todos os avanços que tivemos ao longo da história, visto que, como evidenciam Santos e Moreira (2021, p. 157):

Em linhas gerais, a medida mais drástica do citado documento consiste na supressão da obrigatoriedade da escola regular em realizar a matrícula de alunos com deficiência, permitindo a volta do ensino regular para esses sujeitos em escolas especializadas.

O que num primeiro momento pode ser visto como um olhar mais específico e de cuidado, acaba por nos remeter novamente àquela realidade de segregação ao processo educativo voltado exclusivamente para as escolas especializadas, tirando do aluno com deficiência a possibilidade de uma inserção em escolas regulares e, conseqüentemente, de propiciar a inclusão efetiva deste em âmbito educativo e social.

Diante dessa nítida perspectiva de retrocesso proposto pelo referido Decreto, “consideramos, nesse momento, a urgente necessidade de investimentos públicos na formação dos profissionais da educação, na infraestrutura das escolas e em materiais didáticos que sejam, efetivamente, voltados para inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares” (SANTOS e MOREIRA, 2021, p. 173).

Essa dinâmica de avanços e recuos em relação a luta pela perspectiva inclusiva, nos evidencia o quão atentas a sociedade civil e a rede educacional regular devem estar, no intuito de fortalecer, mediante estudos, pesquisas e vivências de efetivo êxito, a bandeira da educação especial e inclusiva, como elemento central no processo de desenvolvimento e de aprendizagem desses alunos.

REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Ao pensarmos sobre o complexo e amplo universo da educação especial e inclusiva, tomando por base inclusive, como vimos, o percurso histórico sobre como as pessoas com deficiências foram percebidas e tratadas ao longo da história, percebemos a gama de aspectos

que estão imbrincados na implementação e da constituição de práticas cotidianas no universo escolar. Nessa perspectiva, Mantoan (2013, p. 147) refletem que:

A escola é uma realidade histórica em processo contínuo. [...] Nesse contexto concreto em relação a inclusão escolar e social, deve ser pensada. Identidades e alteridades são construções históricas e, enquanto oportunizadas no contexto da escola, precisam ser esmiuçadas. Até que ponto as diferenças são vistas como um fator positivo no cotidiano da sala de aula? Afinal de contas, a provocação pode ser traduzida por uma questão muito forte: todas as pessoas são realmente bem vindas à escola?.

Diante desses questionamentos propostas pela autora, podemos partir de reflexões sobre os conceitos de educação especial e educação inclusiva. Inicialmente, destacamos que analisando os diversos significados que são atribuídos a estas terminologias, ao falarmos do termo inclusão, conota-se de maneira automática ao alunado da educação especial. Outrora, a educação especial era submetida há um contexto segregado, assim, por este ângulo, podemos perceber que alunos com deficiência precisam de fato, de um atendimento qualificado, contudo, quando surgiram as escolas especiais, houve uma compreensão de que se deveria separar a criança com deficiência da criança dita “normal”. Para uma maior compreensão, dessa realidade de outrora, Glat, Plestsch e Souza (2007, p .144) evidenciam que:

A Educação Especial tradicionalmente se configurou como um sistema paralelo e segregado de ensino, voltado para o atendimento especializado de indivíduos com deficiências, distúrbios graves de aprendizagem e/ou de comportamento e altas habilidades. [...] os profissionais da área têm se voltado para a busca de outras formas de educação escolar com alternativas menos segregativas de absorção desses educandos nas redes de ensino.

Contudo, no decorrer do tempo, com o surgimento de inúmeras demandas e principalmente o olhar ampliado sobre os aspectos sociais das pessoas com deficiências, os profissionais da área debruçaram-se para a busca de outras metodologias e ferramentas para a atuação na educação escolar, visando alternativas de inclusão, que possibilitem o acolhimento desses educandos nas redes de ensino.

Destarte, a educação especial encontra-se em processo de reestruturação de seu papel, objetivando contemplar uma assistência que vai além do atendimento individual e especializado. Assim, essa nova concepção, demanda um extremo apoio das políticas públicas, e, primordialmente, o apoio das escolas regulares, pois, o alunado especial carece de

intervenções educativas diferenciadas para que possa ocorrer uma aprendizagem significativa e de acordo com a realidade singular de cada aluno.

Dessa forma, a educação especial deve ser pensada de forma atrelada à perspectiva de uma educação inclusiva. Para uma maior clareza sobre o conceito de inclusão, Agripino-Ramos (2019, p. 34) afirma que,

A inclusão se constitui, assim, como um movimento em busca de igualdade de direito de todos à educação, com foco na valorização do espaço escolar como propício para o desenvolvimento das capacidades, deixando de centrar-se apenas na dificuldade do aluno. [...] Partindo dessas considerações, entende-se que uma escola inclusiva seria aquela capaz de educar a todas as crianças, respeitando as suas diferenças e oferecendo respostas adequadas às suas necessidades.

Partindo desse conceito, conseguimos inferir que a inclusão escolar não é um trabalho fácil, pelo contrário, é prática que exige empenho, pois, estamos inseridos em uma sociedade enraizada em muitas atitudes de segregação. Nota-se, portanto, que falar de inclusão escolar, é possibilitar rediscutir valores e preconceitos que estão diante da sociedade há tanto tempo em nossa cultura. Todavia, se faz necessário traçarmos um o caminho para alcançar a inclusão plena, para que haja uma reestruturação progressiva e uma transformação do pensamento sobre a educação.

Deste modo, a escola torna-se o ambiente mais propício para a inclusão, pois é sobretudo no processo de escolarização, que se faz possível a identificação de alguma dificuldade ou transtorno de aprendizagem. Nesta perspectiva, Agripino-Ramos (2019) salienta, através da perspectiva teórica de Vygotsky, que a criança com deficiência deve ser vista de maneira diferenciada, partindo do pressuposto que o seu desenvolvimento é qualitativamente diferente, mas inferior aos demais alunos. Visto isso, a sociedade deve oportunizar acessos de vias compensatórias com o auxílio, por exemplo, da escola. Sendo assim, o educador deve propor, por meio do processo de ensino-aprendizagem, oferecer as condições necessárias para que a criança com deficiência tenha a possibilidade de transpor as dificuldades e alcançar tais vias, objetivando as interações, proporcionando a ela novas formas de participação.

A partir desse pensamento, é perceptível a existência de uma perspectiva dialética, “considerando que, se existem dificuldades, existem também possibilidades.” (AGRIPINO-RAMOS, 2019, p. 30). Sendo assim, segundo as concepções da autora, é notória a existência da capacidade dos indivíduos, pois, há possibilidades de criarem processos adaptativos, com a

finalidade de superar os déficits que estas apresentam. No entanto, a ampliação dessa capacidade de superação, somente é possível desenvolver por meio da troca com o outro e com o ambiente. Dessa forma,

[...] evidencia-se o quanto as ideias de Vygotsky permanecem atuais e reforçam a importância de as crianças com deficiência estarem em ambientes que sejam promotores do seu desenvolvimento e aprendizagem, como os espaços educacionais inclusivos, por possibilitarem mediações e vivências com pares. Cabe referir que a inclusão escolar diz respeito a um processo relativamente recente, sendo necessário compreender o caminho até ela (AGRIPINO-RAMOS, 2019, p. 28).

No contexto das discussões acerca dessa temática, ressaltamos as contribuições da autora, que corrobora para que a educação inclusiva se efetive de fato por meio da cidadania, possibilitando um acesso primordial ao conhecimento, ou seja, a escola. Assim é necessário trazer diversas questões relevantes para dentro do contexto escolar, que vão além de uma mera apresentação dos grupos sociais que há fora da escola, bem como, a exemplo das pessoas com diferentes níveis de aprendizagem, com saberes diferentes, tanto para com as pessoas com deficiência e sem deficiência.

No entanto, compreende-se que essa ideia, deve ser oriunda da escola, por tratar-se de um ambiente formativo, contudo, é de suma importância mencionar que a inclusão vai além do âmbito pedagógico, mas se constitui como uma ação pública permeando áreas voltadas à ética e política, contrapondo qualquer tipo de barreira na sociedade que impossibilita o progresso da inclusão, pois, as crianças com deficiência devem ter os mesmos direitos e oportunidades que as demais (CARVALHO, ARAÚJO e FERREIRA, 2020).

Afinal, a contemporaneidade da sociedade exige uma nova postura escolar, pois, em uma era tecnológica, são inúmeras as alternativas para promover a inclusão de forma lúdica e prática. Assim, ressalta-se a ideia de que a consciência inclusiva deve ser oriunda da sala de aula, pois, os alunos precisam devolver essa criticidade e empatia, isso é tarefa complexa, é um processo gradativo de formação pessoal e coletiva. Além disso, a escola é uma voz que ecoa na sociedade e também no contexto das famílias dos alunos, assim, deve utilizar de toda sua influência para a conscientização dos pais e responsáveis sobre a temática inclusiva. Sendo assim, a concepção de inclusão, compartilhada também no núcleo familiar, contribui para minimizar as ações excludentes na sociedade em relação a essa questão.

Para tanto, urge outra questão de suma importância: a formação de professores capacitados e conscientes para atuar na escola inclusiva. Deste modo, o processo formativo

deve ocorrer respeitando as necessidades da escola, e, sobretudo dos alunos. Assim, a formação desses professores deve ser direcionada a habilitá-los para atender essas necessidades, prevendo também a avaliação subjetiva e sensível do aluno especial, segundo sua condição e necessidade, utilizando ferramentas diferentes e formas adequadas nesse processo (CARVALHO, ARAÚJO e FERREIRA, 2020).

Portanto, contemplar, a perspectiva de uma escola inclusiva, no contexto de uma sala de aula inclusiva, requer responsabilidade, novas práticas e um posicionamento englobando uma gama de decisões pedagógicas, o que se configura em desafios à ação docente. Diante disso, existe uma quantidade significativa de alunos que adentram à sala regular com uma necessidade específica, isso origina uma demanda de formação de professores que possua diferentes saberes especializados, para conduzir a sua prática de forma eficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que atualmente, as políticas de incentivo à preparação de educadores que tenham capacidade de receber alunos com as mais diversas necessidades já é uma realidade. Nas próprias instituições de ensino superior já são encontradas nas grades curriculares, disciplinas que são voltadas para esse tipo de ensino especializado, no entanto, ainda há muito que ser conquistado até que se chegue a um ideal de inclusão e igualdade. Por tudo isso, chegamos à conclusão de que os avanços a respeito da inserção de pessoas com deficiência no ambiente educacional são nítidos, para além disso, são frutos de todo um percurso histórico que foi sendo modificado ao longo dos anos.

Devemos, portanto, atentar ainda para fatores que se fazem presentes em algumas ações negativas que ainda são realidade no âmbito da educação especial e inclusiva e, considerando o contexto atual, em que já existe todo um leque de leis e informações disponíveis à comunidade, se tornam um tanto quanto contraditórias ou até mesmo antiquadas. Diante disso, é essencial que continuemos atentos à essas singularidades, na premissa de garantir a manutenção e o direito de todos a uma educação igualitária e inclusiva, para que dessa forma sejam dados passos rumo ao progresso e não ao retrocesso.

REFERÊNCIAS

AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shírley. **Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista**: um estudo longitudinal (Tese de Doutorado) Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa, 2019.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a política nacional de educação especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. **Diário Oficial da União**, Brasília, 01 out. 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-2030-de-setembro-de-2020-280529948>>. Acesso em: 25 set. 2021.

_____. Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 22 set. 2021.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2021.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 set 2021.

CARVALHO, C. R. G. M.; ARAÚJO, H. M. L.; FERREIRA, M. D. M. **Experiências sócio-culturais em educação tutorial**. Teresina, PI: EDUFPI, 2020.

DUPIN, A. A. da S. Q.; SILVA, M. O. da. Educação especial e a legislação brasileira: revisão de literatura. **Scientia Vitae**, v. 10, n. 29, pp. 65-79, 2020.

GLAT, R.; PLESTSCH, M.; SOUZA, F. R. **Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade**. **Educação-Revista do Centro de Educação** - Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, RS, vol. 32, n. 2, pp. 343-355, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/678>>. Acesso em: 22 set. 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PAIXÃO, Maria do Socorro Santos Leal. **Fundamentos da Educação Especial**. Universidade Federal do Piauí. 2011.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

SANTOS, E.C. da S. de L.; MOREIRA, J. da S. A “nova” política de educação especial como afronta aos direitos humanos: análise crítica do decreto nº 10.502/2020. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, v. 2, n. 3, pp. 156-175, 2021.

SOUSA, A. S. de; OLIVEIRA, G. S. de; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, pp. 64-83, 2021. Disponível em: <<https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/2336/1441>>. Acesso em: 25 set. 2021.